1. Protocolo nº 201700918820

SENTENÇA

Trata-se de mandado de segurança impetrado por CONSERVA ? CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ? EPP, em face do PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA, Manoel Dias Pamplona, todos qualificados.

A impetrante alega que, em 13 de março de 2014, firmou o contrato administrativo nº 618/2013 com o Município de Piracanjuba, para a execução, sob o regime de empreitada global, das obras de construção da quadra poliesportiva coberta com vestiários, na Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães.

De acordo com o projeto apresentado, as obras foram orçadas em R\$ 494.588,67 (quatrocentos e noventa e quatro, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete

Código para validar documento: 109897017715

Validar no endereço: <http://www.tjgo.jus.br/sdm2/consultaPublica/validaCodigoAtoJudicial>

centavos), e o pagamento ocorreria de forma parcelada, mediante a apresentação de faturas, acompanhadas do atestado de medição e aceitação, emitidos pelo departamento de engenharia da prefeitura.

Iniciada a execução das obras, o prazo para término era de 06 (seis) meses, o que alega não ter ocorrido em decorrência de reiterados atrasos no pagamento das faturas apresentadas, bem como pela alegação do Requerido de que não havia disponibilidade de verba, conduzindo a diversos aditivos do contrato, cuja finalidade era a prorrogação do prazo contratual.

Assim, informa que a obra foi executada em sua quase totalidade, conforme boletins de medição apresentados. No entanto, foi apresentado o Boletim de Medição nº 09 em 08/07/2016, fora liquidado apenas o valor de R\$ 12.781,00, restando o pagamento de R\$ 11.406,42.

Segue a narrativa que, na data de 24/08/2016, fora apresentado o Boletim de Medição nº 10, com um quantitativo a ser pago a requerente de R\$13.213,30 pendente de pagamento (conforme detalhamento do Boletim de Medição nº 10). Após concluída a execução parcial das obras, restou cumprida a obrigação contratual da requerente, no entanto, conforme alega na exordial, o requerido não adimpliu a totalidade dos boletins de medição nºs 09 e 10, restando pois a diferença de R\$ 24.619,72, em atenção à cláusula quarta do contrato.

Restando assim, conforme menciona o requerente, crédito a favor da requerente no valor de R\$ 31.885,27 (trinta e um mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), relativos as pendências do contrato nº 618/2013.

Apesar disso, afirma que, no dia 22 de março de 2017, foi publicado edital de licitação com o mesmo objeto do contrato, com a finalidade de conclusão das obras já previamente contratadas consigo, sem, contudo, que fosse formalmente rescindido o contrato administrativo vigente entre as partes.

Expende sobre a legalidade da rescisão unilateral de contratos pela administração pública e sobre a observância do devido processo legal em tais casos.

Ao final, em sede de tutela provisória, requereu a suspensão da licitação tomada de preços nº 01/2017 e de todo ato administrativo tendente à contratação das empresas declaradas vencedoras até o deslinde do feito. No mérito, requereu a confirmação da tutela provisória, no sentido de anular o procedimento administrativo de tomada de preços nº 01/2017

e declarar o seu direito à continuidade na execução do contrato anteriormente licitado, cujo objeto é o mesmo do referido certame.

Juntou documentos às fls. 11/86.

À fl. 92 consta certidão noticiando a existência de outra demanda envolvendo as mesmas partes, porém, com objeto diverso, por se tratar de contratos administrativos diferentes.

Com vista, a representante do Ministério Público requereu a concessão de vista ao tempo julgamento do mérito, para manifestação final, conforme parecer de fls. 94/95.

À fl. 96, foi proferida decisão que deferiu a tutela provisória pleiteada, para determinar a suspensão dos efeitos do Edital ? Tomada de Preços nº 01/2017 e dos atos administrativos tendentes à contratação de empresa para a consecução de objetos derivados do referente ao contrato nº 086/2014, firmado entre a impetrante e o Município de Piracanjuba.

No mesmo ato, foi determinada a notificação da autoridade coatora para apresentar informações, no prazo de 10 (dez) dias, e a cientificação do órgão de representação judicial da autoridade coatora (art. 7º, incs. I e II, da Lei nº 12.016/09).

Cumpridas as notificações (fls. 104/107), a autoridade coatora apresentou informações e documentos às fls. 110/112, alegando, em síntese, que a sua competência é limitada à execução de serviços licitatórios, não ostentando poder decisório, cabendo ao prefeito ordenar a realização do procedimento de licitação, homologar e adjudicar a execução dos serviços à empresa vencedora. Todavia, informou que a ordem de sustação da tramitação do procedimento licitado foi obedecida, estando suspensa a assinatura do contrato, bem como juntou documentos de fls. 113/566.

A Procuradoria-Geral do Município de Piracanjuba apresentou manifestação à fl. 567 requerendo a reconsideração da decisão de tutela antecipada, bem como juntou cópia de petição de agravo de instrumento (fls. 574/592).

A Procuradoria-Geral do Município de Piracanjuba apresentou manifestação e documentos às fls. 593/610, alegando, em preliminar, ilegitimidade passiva, nulidade da notificação, ausência de causa de pedir, decadência e nulidade da liminar. No

mérito, alegou que o contrato nº 618/2013, prorrogado até 24/10/2016 foi extinto por decurso do tempo sem que a contratada cumprisse seu objeto integralmente e por ter abandonado o canteiro de obras antes mesmo do seu término.

Com vista, a representante do Ministério Público informou não possuir interesse a tutelar no presente feito, deixando, portanto, de intervir, conforme parecer de fls. 612/616.

Após, em atenção ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, foi dada vista à parte impetrante para que se manifestasse no prazo de 05 (cinco) dias.

Às fls. 617/618 consta a decisão acerca do pedido de efeito suspensivo do agravo de instrumento, no sentido de indeferir a antecipação de tutela para suspender a decisão atacada.

Consta manifestação do impetrante às fls. 638/645, impugnando a manifestação apresentada pelo Município de Piracanjuba.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

O presente feito se encontra apto ao julgamento por não existir dilação probatória.

DAS PRELIMINARES

A autoridade acoimada coatora, em sua manifestação, afirmou não ser parte legítima para figurar no polo passivo, sob o argumento de que sua competência administrativa é limitada à execução de serviços, que partem da requisição de uma secretaria e seguido de autorização e ordenamento pelo Prefeito que, ao final, homologa e adjudica o resultado do certame.

A Procuradoria-Geral do Município, de igual forma, alegou ilegitimidade passiva do presidente da comissão de licitação, sob o fundamento de que possui unicamente atribuições administrativas relacionadas à licitação, sendo os atos de ordenamento e homologação atribuição exclusiva do Prefeito Municipal, sr. João Barbosa de Oliveira.

Pois bem. O mandado de segurança é ação constitucional de natureza civil

concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça?, conforme disposto no art. 1º, da Lei nº 12.016/09.

Assim, o legitimado passivo é a autoridade apontada como coatora, conforme preceitua o art. 5º, inc. LXIX, da CF/88 e o art. 1º, da Lei nº 12.016/09, assim considerada aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática (art. 6, § 3º, da Lei nº 12.016/09).

Ainda, acerca da legitimidade passiva, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que é definida na pessoa que pratica ou ordena concreta e especificamente a execução do ato impugnado ou tem o poder de desfazê-lo.¹

Nesse contexto, da análise dos documentos juntados pela autoridade dita coatora, verifico que, de fato, a impetrante firmou contrato de empreitada global com o Município de Piracanjuba, que foi objeto de sucessivos aditivos, todos ordenados por ato do Prefeito Municipal, sendo que o sexto termo aditivo ao contrato não foi assinado pela parte impetrante, conforme informado na manifestação da autoridade coatora, o que, após devidamente notificado (fls. 168/10), ensejou o reconhecimento da extinção do contrato pelo decurso do prazo e a autorização para a abertura de novo procedimento licitatório para a conclusão da obra, o que é objeto do presente feito, todos por ato praticado diretamente pelo Prefeito Municipal, conforme se observa às fls. 175/200.

Intimado para se manifestar sobre os documentos apresentados pela autoridade coatora e pela Procuradoria-Geral do Município de Piracanjuba, a parte impetrante impugnou as preliminares arguidas. Contudo, uma vez provado que o ato de reconhecimento da extinção do contrato firmado entre as partes e o ato de determinação de abertura de novo procedimento licitatório foram emanados pelo Prefeito do Município, este é o legítimo para figurar no polo passivo do presente feito, que deve, portanto, ser extinto sem resolução do mérito.

No mesmo sentido, segue a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

APELACAO CIVEL EM MANDADO DE SEGURANCA.
ILEGITIMIDADE PASSIVA DE PARTE. CARENCA DA
ACAO. EXTINCAO DO PROCESSO SEM

JULGAMENTO DO MERITO. ART 267, VI, CPC. 1 - NO MANDADO DE SEGURANCA, AUTORIDADE SUPERIOR QUE ENCAMPA DECISAO DE SEU SUBORDINADO HIERARQUICAMENTE E REFERENDA O ATO IMPUGNADO, ACATANDO SUA LEGALIDADE, ASSUME 'IPSO FACTO', A QUALIDADE DE COATORA E SE TORNA LEGITIMIDADE PASSIVAMENTE PARA A ACAO MANDAMENTAL. 2 - NA ACAO DE MANDADO DE SEGURANCA E IMPOSSIVEL PERMITIR AO IMPETRANTE EMENDAR A INICIAL PARA SUBSTITUIR A PARTE PASSIVA POR OUTRA. 3 - A INDICACAO ERRONEA DA AUTORIDADE ACOIMADA DE COATORA CONSTITUI CAUSA DE EXTINCAO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MERITO, POR CARENCIA DA ACAO, NOS MOLDES DO ART. 267, VI, DO CPC. 4 - APELACAO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENCA MANTIDA. (TJGO, APELACAO CIVEL EM MANDADO DE SEGURANCA 137049-0/189, Rel. DES. GERALDO GONCALVES DA COSTA, 5A CAMARA CIVEL, julgado em 07/01/2010, DJe 506 de 26/01/2010)

Ante o exposto, ACOLHO a preliminar suscitada pela autoridade coatora e pela Procuradoria-Geral do Município de Piracanjuba, no sentido de reconhecer a ilegitimidade passiva do Presidente da Comissão Permanente de Licitação do mesmo município, de modo que **julgo extinto o feito, sem resolução do mérito**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil.

Revogo a decisão de fls. 96/101.

Condeno o impetrante ao pagamento das custas processuais. Sem honorários, face ao teor do art. 25, da Lei nº 12.016/09, da Súmula 105, do Superior Tribunal de Justiça e da Súmula 512, do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem com as devidas baixas.

Piracanjuba, 7 de junho de 2018.

Heloisa Silva Mattos

Juíza de Direito

1 AgInt no REsp 1510553/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017

Código para validar documento: 109897017715

Validar no endereço: <http://www.tjgo.jus.br/sdm2/consultaPublica/validaCodigoAtoJudicial>